



TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL (DIR09855)

PLANO DE AULA 2020/01

1. Docente:

Prof. Dr. Gilberto Fachetti Silvestre

- Professor do Departamento de Direito da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES);
- Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGDIR/UFES) – Mestrado em Direito Processual;
- Doutor em Direito Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP);
- Mestre em Direito Processual Civil pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES);
- Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES);
- Chefe da Seção de Procedimentos Disciplinares do Gabinete do Reitor (UFES);
- Coordenador do Grupo de Pesquisa “Desafios do Processo: impactos do Código de Processo Civil no ordenamento jurídico civil” (DDIR/PPGDIR/UFES);
- Coordenador do Grupo de Pesquisa “Medicina Defensiva: interdisciplinaridades com a responsabilidade civil médico-hospitalar e o Direito Processual Civil” (DDIR/PPGDIR/UFES);
- Advogado;
- Plataforma Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7148335865348409>;
- Sites: www.desafiosdoprocesso.ufes.br e www.medicinadefensiva.ufes.br;
- Academia.edu: <https://ufes.academia.edu/GilbertoFachetti>;
- ORCID Id: <https://orcid.org/0000-0003-3604-7348>;
- E-mail: gilberto.silvestre@ufes.br

2. Assistente (estágio docente):

Anselmo Luiz Bacelar Junior

- *Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES);*
- *Pesquisador Bolsista de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (2019);*
- *Bolsista de Iniciação à Docência (Bolsa PaEPE I – UFES) na disciplina de Teoria Geral do Direito Civil (2016-2019);*
- *Professor Voluntário (Lei nº 9.608/1998) da disciplina Instituições de Direito;*
- *Mestrando em Direito Processual pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES);*
- *Pesquisador do Grupo de Pesquisa “Desafios do Processo: impactos do Código de Processo Civil no ordenamento jurídico civil” (DDIR/PPGDIR/UFES);*
- *Advogado;*
- *Plataforma Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7723820625276085>;*
- *E-mail: anselmo.bacelar@gmail.com*

3. Dias, horários e local das aulas:

Sextas-feiras, das 7h10min. às 9h e das 9h10min. às 11h, na sala 503 do ED 5 (prédio atrás da Biblioteca Central, ao lado do NPJ).

Observação: para o melhor desenvolvimento do conteúdo programático, o professor agendará com a turma aulas complementares em dias e horários a serem acertados coletivamente.

4. Monitores:

Bruna Figueira Marchiori

- *Aluna do 9º período do Curso de Direito;*
- *Bolsista de Iniciação à Docência do PIB/PID/PaEPE I/UFES;*
- *Pesquisadora Bolsista de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq);*
- *Plataforma Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8474156424355190>*
- *E-mail: brunafigueiramarchiori@gmail.com*

Felipe Sardenberg Guimarães Três Henriques

- *Aluno do 7º período do Curso de Direito;*
- *Pesquisador de Iniciação Científica do PIVIC/CNPq/UFES;*
- *Plataforma Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7550900774360494>*
- *E-mail: felipe.tres@hotmail.com*

Tiago Loss Ferreira

- *Aluno do 7º período do Curso de Direito;*
- *Pesquisador de Iniciação Científica do PIVIC/CNPq/UFES;*
- *Plataforma Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0731528987176134>*
- *E-mail: tiago.loss@hotmail.com*

E-mail da Monitoria: monitorestgdc@gmail.com

5. Regras de comportamento para a melhor convivência:

1. Não são admitidos atrasos: o aluno que não se fizer presente nesse horário receberá falta e não será admitida sua entrada em sala de aula, devendo aguardar o 2º horário, que se inicia às 9h e 15min.;
2. *Dress code:* vestir calça, camisa com manga (pode ser curta), calçado fechado (não se admite chininho e rasteirinha), saia ou vestido, roupa sem decote. É proibido: boné/chapéu/gorro (enfim, qualquer coisa que cubra a cabeça), camisa de time de futebol, *shorts*, minissaias e jeans *destroyed*;
3. Saída durante a aula: é proibido sair da sala durante as aulas. Tragam água e aliviem-se no *toilette/lavabo* no intervalo;
4. Uso de aparelhos eletrônicos (*smartphone, notebook e tablet*): é terminantemente proibido o uso de aparelhos eletrônicos, que deverão ser desligados e guardados na bolsa. Não é permitido sequer o uso do aparelho para acesso a aplicativos de *Vade Mecum*. Se deseja registrar a matéria ministrada faça-o com a mão em um caderno. (Essa regra não se aplica em caso de alguma deficiência, a ser avaliada pelo professor);

5. Lanche durante a aula: é proibido comer durante a aula. Façam isso no intervalo; e
6. Tratamento interpessoal: deve ser respeitoso e formal, ao estilo jurídico. A relação no ambiente profissional não é relação de intimidade. Não chame o professor e o mestrando pelo nome, denotando intimidade.

EM CASO DE DESCUMPRIMENTO DESSAS REGRAS A AULA SERÁ ENCERRADA E O CONTEÚDO SERÁ CONSIDERADO COMO DADO.

6. Conteúdo programático:

O programa da disciplina com os assuntos a serem abordados foi dividido em três unidades, conforme segue abaixo:

- **Unidade I – Fundamentos contemporâneos do Direito Privado:** O Direito Privado. O Direito Civil. A codificação. O Código Civil de 1916: bases ideológicas e técnica legislativa. O Código Civil de 2002: bases ideológicas e técnica legislativa. Cláusulas gerais e conceitos jurídicos indeterminados. A relação jurídica de Direito Privado. O direito subjetivo.
- **Unidade II – O sujeito de direito:** Personalidade. Capacidade. A pessoa natural. A pessoa jurídica. Dignidade da pessoa humana. Direitos da personalidade. Nome. Domicílio. Representação. O estatuto do patrimônio mínimo. Os bens jurídicos. Os bens. Classificação.
- **Unidade III – Teoria do fato jurídico:** Fato jurídico. Autonomia da vontade. O negócio jurídico: planos, elementos e vícios. Teoria das nulidades. Função social do negócio jurídico. Prescrição. Decadência.

Observação: os tópicos “Ato ilícito, Responsabilidade civil, Abuso de direito” são estudados na disciplina RESPONSABILIDADE CIVIL (4º período). Por isso, somente serão estudados em Teoria Geral do Direito Civil se houver disponibilidade de tempo. Da mesma forma, o tópico “Provas” será estudado em DIREITO PROCESSUAL CIVIL I e II (3º e 4º períodos).

7. Bibliografia:

6.1. Livro obrigatório.

- AMARAL, Francisco. *Direito civil – introdução*. Localização no Acervo da Biblioteca Central da UFES: 347 A485d. O exemplar deverá ser a partir da 6ª edição.

6.2. Livros facultativos.

- DINIZ, Maria Helena. *Curso de direito civil brasileiro*.
- FARIAS, Cristiano Chaves de; e ROSENVALD, Nelson. *Direito civil: teoria geral*.
- GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro*.
- NERY, Rosa Maria Barreto Borriello de Andrade; NERY JR., Nelson. *Instituições de Direito Civil*. Volume I, Tomo I. Teoria Geral do Direito Privado.
- NERY, Rosa Maria Barreto Borriello de Andrade; NERY JR., Nelson. *Instituições de Direito Civil*. Volume II, Tomo I. Parte Geral.

Obs.: O Código Civil, o Código de Processo Civil e a Legislação Especial e Extravagante Civil são essenciais à aula. O aluno deverá comparecer às aulas portando esse material. A critério do professor, o aluno que não comparecer portando a legislação poderá ser convidado a se retirar da sala.

8. Bibliografia complementar (textos obrigatórios que cairão na prova com certeza).

O aluno DEVERÁ ler os textos como atividade complementar OBRIGATÓRIA da disciplina. A critério do professor, os textos abaixo serão cobrados como questão de prova ou como fundamento para a solução de problemas jurídicos colocados como questão na prova. Os textos abaixo são, portanto, de leitura obrigatória.

UNIDADE	TEXTOS
I	<p>REALE, Miguel. As diretrizes fundamentais do projeto do Código Civil. In: <i>Comentários sobre o projeto do Código Civil brasileiro</i>. Brasília: Conselho da Justiça Federal, 2002, pp. 11-26.</p> <p>MAZZEI, Rodrigo Reis. Notas iniciais à leitura do novo Código Civil. In: ARRUDA ALVIM e ALVIM, Teresa (Coords.). <i>Comentários ao código civil brasileiro – parte geral</i>. Vol. I. Rio de Janeiro: Forense, 2005, pp. IX-CXV.</p> <p>AMARAL, Francisco. O Código Civil brasileiro e o problema metodológico de sua realização. Do paradigma da aplicação ao paradigma judicativo-decisório. In: <i>Revista Brasileira de Direito Comparado</i>. Nº. 28. Rio de Janeiro: Instituto de Direito Comparado Luso-Brasileiro, 1º sem. 2005, pp. 51-80.</p> <p>SILVESTRE, Gilberto Fachetti. Parte Geral do Código Civil brasileiro: princípios, cláusulas gerais, conceitos jurídicos indeterminados e questões polêmicas. In: Alexandre Jamal Batista. (Org.). <i>Princípios, Cláusulas Gerais e Conceitos Jurídicos Indeterminados nos Institutos de Direito Privado – homenagem ao Professor Doutor Francisco José Cahali</i>. São Paulo: IASP, 2017, v. 1, p. 95-188.</p> <p>TOMASEVICIUS FILHO, Eduardo. O legado do Código Civil de 1916. In: <i>Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo</i>. Vol. 111, pp. 85-100, jan./dez. 2016.</p> <p>POUSADA, Estevan Lo Ré. A Obra de Augusto Teixeira de Freitas e a conformação de um direito civil tipicamente brasileiro: sua genialidade compreendida como conciliação entre inovação sistemática e acuidade histórica. In: <i>Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo</i>. Vol. 102, pp. 89-98, jan./dez. 2007.</p>
II	<p>AZEVEDO, Antonio Junqueira de. Caracterização jurídica da dignidade da pessoa humana. In: <i>Revista Trimestral de Direito Civil</i>, vol. 09. Rio de Janeiro: Padma, jan./mar. 2002, pp. 03-23.</p> <p>DINIZ, Maria Helena. Influência da Lei nº 13.146/2015 na teoria das incapacidades do direito civil brasileiro. In: <i>Thesis Juris</i>. Vol. 5, nº 2, 2016, pp. 263-288.</p> <p>SILVESTRE, Gilberto Fachetti. La accesibilidad como un nuevo derecho de la personalidad en Brasil: el Estatuto de la Persona con Discapacidad (ley 13.146/2015) y el daño moral que surge de la inaccesibilidad. In: <i>Derecho PUCP - Revista de la Facultad de Derecho da Pontificia Universidad Catolica del Peru</i>, v. 80, p. 9-31, 2018.</p> <p>TOMASEVICIUS FILHO, Eduardo. A função social na inclusão da pessoa com deficiência. In: <i>Conjur</i> de 22/07/2019. Disponível em: https://www.academia.edu/39947461/ConJur_-_A_fun%C3%A7%C3%A3o_social_na_inclus%C3%A3o_da_pessoa_com_defici%C3%Aancia</p> <p>SILVESTRE, Gilberto Fachetti. A possibilidade de eficácia <i>ex tunc</i> da sentença de interdição no Brasil. In: <i>RJLB – Revista Jurídica Luso-Brasileira</i>. Vol.2, pp. 883-908, 2018.</p> <p>SILVESTRE, Gilberto Fachetti. A proteção jurídico-processual do registro civil do transexual no Brasil. In: <i>RJLB – Revista Jurídica Luso-Brasileira</i>. Vol.6, pp. 1075-1109, 2017.</p>

	<p>SILVESTRE, Gilberto Fachetti. Aspectos materiais e processuais do dano moral e sua quantificação. In: <i>PRODIREITO: Direito Civil: Programa de Atualização em Direito</i>: Ciclo 2. Porto Alegre: Artmed Panamericana, 2018, v.4, pp. 9-58.</p> <p>SILVESTRE, Gilberto Fachetti. Início e fim da personalidade civil da pessoa natural. In: <i>PRODIREITO: Direito Civil: Programa de Atualização em Direito</i>: Ciclo 2. Porto Alegre: Artmed Panamericana, 2017, v.1, pp. 09-58.</p>
III	<p>SILVESTRE, Gilberto Fachetti. Prove e presunzioni: la sua relazione con il principio della verità e la valutazione dei sistemi di prove (Indícios e presunções: sua relação com o princípio da verdade e os sistemas de apreciação das provas). In: <i>Diritto & Diritti</i>, 2011.</p> <p>SILVESTRE, Gilberto Fachetti; LIMA NETO, Francisco Vieira. A favor das relações econômico-negociais: o princípio do <i>favor negotii</i> no Código Civil. In: <i>Scientia Iuris</i>. Vol. 20, pp.10-41, 2016.</p> <p>SILVESTRE, Gilberto Fachetti; NEVES, Guilherme Valli de Moraes. Negócio jurídico: um conceito histórico revitalizado pelo novo Código de Processo Civil. In: <i>Revista de Direito Privado (São Paulo)</i>. Vol.75, pp. 81-113, 2017.</p>

9. Avaliações:

O sistema de atribuição de notas da disciplina é composto por 02 avaliações:

- NOTA 01 = 1ª prova. Valor: 10,00 pontos. Conteúdo: Unidades I e II.
- NOTA 02 = 2ª prova. Valor: 10,00 pontos. Conteúdo: Unidade III.
- MÉDIA FINAL = [(NOTA 01) + (NOTA 02)] ÷ (2).

Se a média final for maior ou igual a 7,00, o aluno será considerado aprovado e estará dispensado da prova final; se a média for menor que 7,00, o aluno deverá se submeter a uma 3ª avaliação, chamada institucionalmente de “Prova Final”, cuja média passa a ser a nota 5,00. O cálculo da média da prova final é o seguinte:

- [(MÉDIA FINAL) + (NOTA DA PROVA FINAL)] ÷ (2) ≥ 5,00 = ALUNO APROVADO
- [(MÉDIA FINAL) + (NOTA DA PROVA FINAL)] ÷ (2) < 5,00 = ALUNO REPROVADO

Observação: a depender do desenvolvimento da turma e do livre arbítrio do professor, poderá ser adotado um novo critério com a inserção de uma terceira nota a partir de trabalhos em sala de aula.

10. Aulas:

DATA	UN	CONTEÚDO
13/03/2020	I	<p>Atenção: o aluno deverá ler para a aula os seguintes Capítulos do livro <i>Direito civil – introdução</i>, de Francisco Amaral: 1) O Direito. Estrutura. Funções. Fundamento; 2) A realização do direito. O raciocínio jurídico. Os princípios jurídicos; 3) O raciocínio jurídico. A norma jurídica.</p> <p>1) O direito civil. Gênese e evolução.</p> <p>Localização do livro no Acervo da Biblioteca Central da UFES: 347 A485d.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tema: Direito Civil: conceito e institutos fundamentais. • Ementa: O Direito Civil como ramo do Direito Privado. Institutos fundamentais do Direito Civil. A Teoria Geral do Direito Civil. A teoria da relação jurídica e das situações jurídicas subjetivas.

		<ul style="list-style-type: none"> • Objetivos: Definir o Direito Civil, apresentar as principais instituições civilísticas e a divisão metodológica do Direito Civil formulada pela Pandectística alemã. Definir o Código como sistema. Apresentar as principais contribuições da codificação para a ciência jurídica. Apresentar as diretrizes metodológicas do Código Civil de 1916 e o processo de codificação no Brasil. • Bibliografia obrigatória: AMARAL, Francisco. <i>Direito civil – introdução</i>. Capítulos IV, V e VI. (Atenção: os Capítulos I e II devem ser previamente à aula). MAZZEI, Rodrigo Reis. Notas iniciais à leitura do novo Código Civil. In: ARRUDA ALVIM e ALVIM, Teresa (Coords.). <i>Comentários ao código civil brasileiro – parte geral</i>. Vol. I. Rio de Janeiro: Forense, 2005, pp. IX-CXV. • Bibliografia complementar: AZEVEDO, Antonio Junqueira de. O direito pós-moderno e a codificação. In: <i>Revista da Faculdade de Direito da USP</i>, Vol. 94. São Paulo, 1999, pp. 03-12; RADBRUCH, Gustav. Direito Privado. In: <i>Introdução à ciência do direito</i>. São Paulo: Martins Fontes, 2002, pp. 65-85; KASER, Max. Introdução. In: <i>Direito privado romano</i>. Tradução de Samuel Rodrigues e Ferdinand Hämmerle. Lisboa: Caluste Gulbenkian, 1999, §§ 1º e 2º, pp. 17-43. FAIVRE-FAUCOMPRÉ, Rémi. <i>Le concept de propriété dans le droit romano-canonique (XIIe-XVe siècle)</i>. Proposition de Communication. Disponível em: https://www.academia.edu/3058832/Le_concept_de_propri%C3%A9t%C3%A9_dans_le_droit_romano-canonique_XIIe-XVe_si%C3%A8cle_
20/03/2020	I	<ul style="list-style-type: none"> • Tema: O Código Civil. • Ementa: O processo de codificação. Principais codificações europeias. O Código Civil de 1916 e suas diretrizes metodológicas. As diretrizes metodológicas do Código Civil de 2002. A técnica legislativa do Código Civil de 2002 e sua divisão estrutural. Comparação entre os Códigos de 1916 e 2002. • Objetivos: Compreender o Código Civil de 2002: sua divisão e base ideológica. • Bibliografia obrigatória: REALE, Miguel. As diretrizes fundamentais do projeto do Código Civil. In: <i>Comentários sobre o projeto do Código Civil brasileiro</i>. Brasília: Conselho da Justiça Federal, 2002, pp. 11-26. MAZZEI, Rodrigo Reis. Notas iniciais à leitura do novo Código Civil. In: ARRUDA ALVIM e ALVIM, Teresa (Coords.). <i>Comentários ao código civil brasileiro – parte geral</i>. Vol. I. Rio de Janeiro: Forense, 2005, pp. IX-CXV. AMARAL, Francisco. O Código Civil brasileiro e o problema metodológico de sua realização. Do paradigma da aplicação ao paradigma judicativo-decisório. In: <i>Revista Brasileira de Direito Comparado</i>. Nº. 28. Rio de Janeiro: Instituto de Direito Comparado Luso-Brasileiro, 1º sem. 2005, pp. 51-80. SILVESTRE, Gilberto Fachetti. Parte Geral do Código Civil brasileiro: princípios, cláusulas gerais, conceitos jurídicos indeterminados e questões polêmicas. In: Alexandre Jamal Batista. (Org.). <i>Princípios, Cláusulas Gerais e Conceitos Jurídicos Indeterminados nos Institutos de Direito Privado – homenagem ao Professor Doutor Francisco José Cahali</i>. São Paulo: IASP, 2017, v. 1, p. 95-188. TOMASEVICIUS FILHO, Eduardo. O legado do Código Civil de 1916. In: <i>Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo</i>. Vol. 111, pp. 85-100, jan./dez. 2016. POUSADA, Estevan Lo Ré. A Obra de Augusto Teixeira de Freitas e a conformação de um direito civil tipicamente brasileiro: sua genialidade compreendida como conciliação entre inovação sistemática e acuidade histórica. In: <i>Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo</i>. Vol. 102, pp. 89-98, jan./dez. 2007.

		<p>REIS, Thiago. Teixeira de Freitas, lector de Savigny. In: <i>Revista de Historia del Derecho</i>, n. 49, 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/25842511/Teixeira_de_Freitas_lector_de_Savigny_Revista_de_Historia_del_Derecho_n._49_2015_</p> <ul style="list-style-type: none"> • Bibliografia complementar: <p>AMARAL, Francisco. Os princípios jurídicos na relação obrigatória. In: <i>Revista da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul</i>. Nº. 99, vol. 32. Porto Alegre: AJURIS, set. 2005;</p> <p>NERY JR., Nelson e NERY, Rosa Maria de Andrade. Parte Geral. In: <i>Código civil anotado e legislação extravagante</i>. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, pp. 139-144;</p> <p>TOSTA, Jorge. Critérios e/ou parâmetros para a concreção judicial das normas de tipo aberto no Código Civil. In: <i>Manual de interpretação do código civil: as normas de tipo aberto e os poderes do juiz</i>. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008, Cap. 5, pp. 23-60 e Cap. 9, pp. 91-121;</p> <p>NALIN, Paulo. Cláusula geral e segurança jurídica no Código Civil. In: <i>Revista Trimestral de Direito Civil</i>, vol. 23. Rio de Janeiro: Padma, jul./set. 2005, pp. 59-75;</p> <p>TEPEDINO, Gustavo. Crise de fontes normativas e técnica legislativa na Parte Geral do Código Civil de 2002. In: TEPEDINO, Gustavo (Coord.). <i>A parte geral do novo código civil: estudos na perspectiva civil-constitucional</i>. 2ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2003, pp. XV-XXXIII;</p> <p>MARTINS-COSTA, Judith. O direito privado como um “sistema em construção”: as cláusulas gerais no Projeto do Código Civil brasileiro. In: <i>Revista de Informação Legislativa</i>, nº. 139, ano 35. Brasília: Senado Federal, jul./set. 1998, pp. 05-22. (Disponível na Internet);</p> <p>AMARAL, Francisco. A equidade no Código Civil brasileiro. In: ARRUDA ALVIM; CÉSAR, Joaquim Portes de Cerqueira; e ROSAS, Roberto. <i>Aspectos controvertidos do novo Código Civil: escritos em homenagem ao Ministro José Carlos Moreira Alves</i>. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, pp. 197-208;</p> <p>AZEVEDO, Antonio Junqueira de. O direito pós-moderno e a codificação. In: <i>Revista da Faculdade de Direito da USP</i>, Vol. 94. São Paulo, 1999, pp. 03-12;</p> <p>CORTIANO JR., Erouths. Para além das coisas (Breve ensaio sobre o direito, a pessoa e o patrimônio mínimo). In: TEPEDINO, Gustavo <i>et al.</i> (Org.). <i>Diálogos sobre direito civil</i>. Rio de Janeiro: Renovar, 2002, pp. 155-165.</p>
27/03/2020	I	<ul style="list-style-type: none"> • Tema: As diretrizes do Código Civil de 2002. • Ementa: A técnica legislativa do Código Civil de 2002 e sua divisão estrutural. Comparação entre os Códigos de 1916 e 2002. • Objetivos: Compreender o Código Civil de 2002: sua divisão e base ideológica. • Bibliografia obrigatória: <p>REALE, Miguel. As diretrizes fundamentais do projeto do Código Civil. In: <i>Comentários sobre o projeto do Código Civil brasileiro</i>. Brasília: Conselho da Justiça Federal, 2002, pp. 11-26.</p> <p>MAZZEI, Rodrigo Reis. Notas iniciais à leitura do novo Código Civil. In: ARRUDA ALVIM e ALVIM, Teresa (Coords.). <i>Comentários ao código civil brasileiro – parte geral</i>. Vol. I. Rio de Janeiro: Forense, 2005, pp. IX-CXV.</p> <p>AMARAL, Francisco. O Código Civil brasileiro e o problema metodológico de sua realização. Do paradigma da aplicação ao paradigma judicativo-decisório. In: <i>Revista Brasileira de Direito Comparado</i>. Nº. 28. Rio de Janeiro: Instituto de Direito Comparado Luso-Brasileiro, 1º sem. 2005, pp. 51-80.</p> <p>SILVESTRE, Gilberto Fachetti. Parte Geral do Código Civil brasileiro: princípios, cláusulas gerais, conceitos jurídicos indeterminados e questões polêmicas. In: Alexandre Jamal Batista. (Org.). <i>Princípios, Cláusulas Gerais e Conceitos Jurídicos Indeterminados nos Institutos de Direito Privado – homenagem ao Professor Doutor Francisco José Cahali</i>. São Paulo: IASP, 2017, v. 1, p. 95-188.</p> <p>TOMASEVICIUS FILHO, Eduardo. O legado do Código Civil de 1916. In: <i>Revista da Faculdade de Direito</i></p>

		<p>da Universidade de São Paulo. Vol. 111, pp. 85-100, jan./dez. 2016.</p> <p>POUSADA, Estevan Lo Ré. A Obra de Augusto Teixeira de Freitas e a conformação de um direito civil tipicamente brasileiro: sua genialidade compreendida como conciliação entre inovação sistemática e acuidade histórica. In: <i>Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo</i>. Vol. 102, pp. 89-98, jan./dez. 2007.</p> <p>RESTA, Giorgio. Dignità. In <i>Trattato di Biodiritto diretto da S. Rodotà e P. Zatti</i>, vol. I, Milano, 2010, 259. Disponível em: https://www.academia.edu/2207785/Dignit%C3%A0</p> <ul style="list-style-type: none"> • Bibliografia complementar: <p>AMARAL, Francisco. Os princípios jurídicos na relação obrigatória. In: <i>Revista da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul</i>. Nº. 99, vol. 32. Porto Alegre: AJURIS, set. 2005;</p> <p>NERY JR., Nelson e NERY, Rosa Maria de Andrade. Parte Geral. In: <i>Código civil anotado e legislação extravagante</i>. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, pp. 139-144;</p> <p>TOSTA, Jorge. Critérios e/ou parâmetros para a concreção judicial das normas de tipo aberto no Código Civil. In: <i>Manual de interpretação do código civil: as normas de tipo aberto e os poderes do juiz</i>. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008, Cap. 5, pp. 23-60 e Cap. 9, pp. 91-121;</p> <p>NALIN, Paulo. Cláusula geral e segurança jurídica no Código Civil. In: <i>Revista Trimestral de Direito Civil</i>, vol. 23. Rio de Janeiro: Padma, jul./set. 2005, pp. 59-75;</p> <p>TEPEDINO, Gustavo. Crise de fontes normativas e técnica legislativa na Parte Geral do Código Civil de 2002. In: TEPEDINO, Gustavo (Coord.). <i>A parte geral do novo código civil: estudos na perspectiva civil-constitucional</i>. 2ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2003, pp. XV-XXXIII;</p> <p>MARTINS-COSTA, Judith. O direito privado como um “sistema em construção”: as cláusulas gerais no Projeto do Código Civil brasileiro. In: <i>Revista de Informação Legislativa</i>, nº. 139, ano 35. Brasília: Senado Federal, jul./set. 1998, pp. 05-22. (Disponível na Internet);</p> <p>AMARAL, Francisco. A equidade no Código Civil brasileiro. In: ARRUDA ALVIM; CÉSAR, Joaquim Portes de Cerqueira; e ROSAS, Roberto. <i>Aspectos controvertidos do novo Código Civil: escritos em homenagem ao Ministro José Carlos Moreira Alves</i>. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, pp. 197-208;</p> <p>AZEVEDO, Antonio Junqueira de. O direito pós-moderno e a codificação. In: <i>Revista da Faculdade de Direito da USP</i>, Vol. 94. São Paulo, 1999, pp. 03-12;</p> <p>CORTIANO JR., Erouths. Para além das coisas (Breve ensaio sobre o direito, a pessoa e o patrimônio mínimo). In: TEPEDINO, Gustavo <i>et al.</i> (Org.). <i>Diálogos sobre direito civil</i>. Rio de Janeiro: Renovar, 2002, pp. 155-165;</p> <p>IULIANI, Antonello. Gli equivoci della giurisprudenza creativa. Nota a Cassazione 2-10-2012, n. 16754. In: <i>Rivista di Diritto dell’Economia, dei Trasporti e dell’Ambiente</i>, 2013. Disponível em: https://www.academia.edu/5862171/Gli_equivoci_della_giurisprudenza_creativa_Nota_a_Cassazione_2-10-2012_n_16754_Riv_dir_ec_trasp_amb_2013;</p> <p>FORCELLINI, Federica; IULIANI, Antonello. <i>Le clausole generali tra struttura e funzione, Europa e diritto privato</i>. Milano: Giuffrè Editore, 2013. Disponível em: https://www.academia.edu/5862897/Le_clausole_generali_tra_struttura_e_funzione_Europa_e_diritto_privato_2013</p>
02/04/2020		<ul style="list-style-type: none"> • Palestra da Professora Livre Docente ROSA MARIA BARRETO BORIELLO DE ANDRADE NERY (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) na XX Semana Jurídica. Horário: 19h às 21h. PRESENÇA OBRIGATÓRIA. Haverá uma questão na 1ª prova sobre a palestra.
03/04/2020	I	<ul style="list-style-type: none"> • Tema: A relação jurídica de Direito Privado. • Ementa: A relação jurídica. A relação jurídica de Direito Privado. O direito subjetivo. Ônus. Direito potestativo. Faculdade jurídica. • Objetivos: Definir a relação jurídica e o direito subjetivo a partir dos paradigmas do Direito Civil contemporâneo. A relação como processo (Karl Larenz e Clóvis Veríssimo do Couto e

		<p>Silva).</p> <ul style="list-style-type: none"> • Bibliografia obrigatória: <p>AMARAL, Francisco. <i>Direito civil – introdução</i>. 7ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008, Caps. IV e V.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Bibliografia complementar: <p>AMARAL, Francisco. A equidade no Código Civil brasileiro. In: ARRUDA ALVIM; CÉSAR, Joaquim Portes de Cerqueira; e ROSAS, Roberto. <i>Aspectos controvertidos do novo Código Civil: escritos em homenagem ao Ministro José Carlos Moreira Alves</i>. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, pp. 197-208;</p> <p>ROSS, Alf. <i>Tû-Tû</i>. Tradução de Edson Bini. São Paulo: Quartier Latin, 2004;</p> <p>ABBOUD, Georges; CARNIO, Henrique Garbellini. Direito subjetivo I: conceito, teoria geral e aspectos constitucionais. In: <i>Revista de Direito Privado</i>, vol. 52/2012, p. 11 – 29, Out - Dez /2012. Disponível em: https://www.academia.edu/22660696/DIREITO_SUBJETIVO_I_CONCEITO_TEORIA_GERAL_E_ASPECTOS_CONSTITUCIONAIS</p>
10/04/2020	–	<p>Feriado. Paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo.</p>
17/04/2020	II	<ul style="list-style-type: none"> • Tema: A pessoa natural como sujeito de direito. A personalidade. • Ementa: A pessoa. O sujeito de direito. O personalismo e a jushumanização do Direito. A dignidade humana. Personalidade. Início da personalidade. Teorias sobre o início da personalidade. O nascituro. • Objetivos: Compreender o personalismo como paradigma do Direito. Compreender o que é dignidade humana. Compreender a disciplina legal da personalidade no Código Civil de 2002. • Bibliografia obrigatória: <p>AMARAL, Francisco. <i>Direito civil – introdução</i>. Capítulo VII.</p> <p>AZEVEDO, Antonio Junqueira de. Caracterização jurídica da dignidade da pessoa humana. In: <i>Revista Trimestral de Direito Civil</i>, vol. 09. Rio de Janeiro: Padma, jan./mar. 2002, pp. 03-23.</p> <p>SILVESTRE, Gilberto Fachetti. Início e fim da personalidade civil da pessoa natural. In: <i>PRODIREITO: Direito Civil: Programa de Atualização em Direito: Ciclo 2</i>. Porto Alegre: Artmed Panamericana, 2017, v.1, pp. 09-58.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Bibliografia complementar: <p>PELLINI, Matteo. <i>La gestazione per altri. Gli orientamenti della giurisprudenza</i>. Disponível em: https://www.academia.edu/36782325/La_gestazione_per_altri_Gli_orientamenti_della_giurisprudenza</p> <p>KONDER, Carlos Nelson. Situações jurídicas dúplices: continuando o debate sobre a nebulosa fronteira entre patrimonialidade e extrapatrimonialidade. In: <i>Contratos, famílias e sucessões: diálogos interdisciplinares</i>, 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/41125136/Situa%C3%A7%C3%B5es_jur%C3%ADdicas_d%C3%BAplices_continuando_o_debate_sobre_a_nebulosa_frenteira_entre_patrimonialidade_e_extrapatrimonialidade</p> <p>ROSENVALD, Nelson. A dignidade da pessoa humana. In: <i>Dignidade humana e boa-fé no Código Civil</i>. São Paulo: Saraiva, 2007, Cap. 1, pp. 01-62;</p> <p>AZEVEDO, Antonio Junqueira de. Crítica ao personalismo ético da Constituição da República e do Código Civil. Em favor de uma ética biocêntrica. In: <i>Revista Trimestral de Direito Civil</i>, vol. 35. Rio de Janeiro: Padma, jul./set. 2008, pp. 29-40;</p> <p>PAMPLONA FILHO, Rodolfo e ARAÚJO, Ana Thereza Meirelles. Tutela jurídica do nascituro à luz da Constituição Federal. In: <i>Revista Trimestral de Direito Civil</i>, vol. 30. Rio de Janeiro: Padma, abr./jun. 2007, pp. 159-174;</p> <p>SAYEG, Ricardo Hasson. O capitalismo humanista no Brasil. In: PUC/SP – Grupo de Estudos em</p>

		Capitalismo Humanista. Disponível em http://www.pucsp.br/capitalismohumanista/downloads/ ; IOSCHPE, Gustavo. Devo educar meus filhos para serem éticos? In: <i>Revista VEJA</i> . Edição nº. 2339, ano 46, nº. 38, 18 de setembro de 2013, pp. 98-99.
24/04/2020	II	<ul style="list-style-type: none"> • Tema: A pessoa natural como sujeito de direito. A capacidade. • Ementa: Capacidade de direito. Capacidade de fato. Emancipação. Representação. Assistência. Curatela de interditos. • Objetivos: Compreender a disciplina legal da capacidade no Código Civil de 2002. • Bibliografia obrigatória: AMARAL, Francisco. <i>Direito civil – introdução</i>. Capítulo VII. DINIZ, Maria Helena. Influência da Lei nº 13.146/2015 na teoria das incapacidades do direito civil brasileiro. In: <i>Thesis Juris</i>. Vol. 5, nº 2, 2016, pp. 263-288. SILVESTRE, Gilberto Fachetti. A possibilidade de eficácia <i>ex tunc</i> da sentença de interdição no Brasil. In: <i>RJLB – Revista Jurídica Luso-Brasileira</i>. Vol.2, pp. 883-908, 2018. • Bibliografia complementar: ROSENVALD, Nelson. A dignidade da pessoa humana. In: <i>Dignidade humana e boa-fé no Código Civil</i>. São Paulo: Saraiva. BRIZZOLARI, Valerio. Amministrazione di sostegno per il soggetto affetto da ludopatia. In: <i>La nuova giurisprudenza civile commentata</i>, 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/37557288/Amministrazione_di_sostegno_per_il_soggetto_affetto_da_ludopatia RESTA, Giorgio. La disponibilità dei diritti fondamentali e i limiti della dignità (note a margine della Carta dei diritti). In: <i>Rivista di Diritto Civile</i>, 801-848, 2002. Disponível em: https://www.academia.edu/317628/La_disponibilit%C3%A0_dei_diritti_fondamentali_e_i_limiti_della_dignit%C3%A0_note_a_margine_della_Carta_dei_diritti_
01/05/2020	–	Feriado. Dia do Trabalho.
08/05/2020		<ul style="list-style-type: none"> • Tema: Continuação: A pessoa natural como sujeito de direito. A capacidade. Emancipação.
15/05/2020	II	<ul style="list-style-type: none"> • Tema: Os direitos da personalidade. • Ementa: Os direitos da personalidade. Proteção jurídica. Tutelas. Extinção da personalidade. Morte. • Objetivos: Compreender a disciplina legal dos direitos da personalidade no Código Civil de 2002. • Bibliografia obrigatória: AMARAL, Francisco. <i>Direito civil – introdução</i>. Capítulo VIII. SILVESTRE, Gilberto Fachetti; MAGIOLI, Guilherme Pratti S. Em defesa dos métodos de abreviação da vida no direito brasileiro. In: <i>Derecho y Cambio Social</i>, v. 42, Lima-Peru, p. 1-26, 2015. • Bibliografia complementar: LIMA NETO, Francisco Vieira. Discriminação genética: um tema relevante para o direito civil e para a proteção da personalidade. In: <i>O direito de não sofrer discriminação genética: uma nova expressão dos direitos da personalidade</i>. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007, Parte II, Cap. I, pp. 79-98; TOMASEVICIUS FILHO, Eduardo. Inteligência artificial e direitos da personalidade: uma contradição em termos? In: <i>Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo</i>, v. 113 p. 133 - 149 jan./dez. 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/38762876/INTELIG%C3%AANCIA_ARTIFICIAL_E_DIREITOS_DA_PERSONALIDADE_UMA_CONTRADI%C3%A7%C3%83O_EM_TERMOS_ARTIFICIAL_INTELLIGENCE_AND_PERS

		<p>ONALITY_RIGHTS_A_CONTRADICTION_IN_TERMS</p> <p>VERSACI, Giuseppe. Personal Data and Contract Law: Challenges and Concerns about the Economic Exploitation of the Right to Data Protection. In: <i>European Review of Contract Law</i>, 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/38234760/Personal_Data_and_Contract_Law_Challenges_and_Concerns_about_the_Economic_Exploitation_of_the_Right_to_Data_Protection</p> <p>RESTA, Giorgio. Diritti della personalità: problemi e prospettive. In: <i>Diritto dell'informazione e dell'informatica</i>, 2007, 1043. Disponível em: https://www.academia.edu/317624/Diritti_della_personalit%C3%A0_problemi_e_prospettive</p> <p>LÔBO, Paulo Luiz Netto. Danos morais e direitos da personalidade. In: <i>Revista Trimestral de Direito Civil</i>, vol. 06. Rio de Janeiro: Padma, abr./jun. 2003, pp. 79-98; 2) LÔBO, Paulo Luiz Netto. Autolimitação do direito à privacidade. In: <i>Revista Trimestral de Direito Civil</i>, vol. 35. Rio de Janeiro: Padma, abr./jun. 2008, pp. 93-104;</p> <p>JUNQUEIRA, Thiago Villela. A (in)disponibilidade voluntária dos direitos da personalidade na civilística portuguesa. In: PEREIRA LIRA, Ricardo-César; AGUIAR, Roger Silva (Orgs.). <i>O direito privado brasileiro interpretado pela Academia Brasileira de Direito Civil</i>. Belo Horizonte: D'Placido. pp. 277-310, 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/33928744/A_in_disponibilidade_volunt%C3%A1ria_dos_direitos_da_personalidade_na_civil%C3%ADstica_portuguesa</p> <p>MORAES, Maria Celina Bodin de. Conclusão. In: <i>Danos à pessoa humana: uma leitura civil-constitucional dos danos morais</i>. Rio de Janeiro: Renovar, 2003, pp. 319-334.</p> <p>RESTA, Giorgio. La “morte” digitale. In: <i>Diritto dell'informazione e dell'informatica</i>, 2014, 891. Disponível em: https://www.academia.edu/11914349/La_morte_digitale</p> <p>FERREIRA, Luís Eduardo e Silva Lessa Ferreira. O uso do pseudônimo como garantia do acesso à justiça das vítimas da exposição sexual não consentida: uma revisão sobre o segredo de justiça brasileiro com base na experiência norteamericana. In: Acesso à justiça II. CONPEDI, 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/36045638/O_USO_DO_PSEUDO%C3%94NIMO_COMO_GARANTIA_DO_ACESSO_%C3%80_JUSTI%C3%87A_DAS_V%C3%8DTIMAS_DA_EXPOSI%C3%87%C3%83O_SEXUAL_N%C3%83O_CONSENTIDA_UMA_REVIS%C3%83O_SOBRE_O_SEGREDO_DE_JUSTI%C3%87A_BRASILEIRO_COM_BASE_NA_EXPERI%C3%8ANCIA_NORTEAMERICANA</p>
22/05/2020	II	<ul style="list-style-type: none"> • Tema: Tutela da personalidade humana. • Ementa: Os direitos da personalidade. Proteção jurídica. Tutelas. • Objetivos: Compreender a disciplina legal dos direitos da personalidade no Código Civil de 2002. • Bibliografia obrigatória: <p>AMARAL, Francisco. <i>Direito civil – introdução</i>. Capítulo VIII.</p> <p>SILVESTRE, Gilberto Fachetti. A proteção jurídico-processual do registro civil do transexual no Brasil. In: <i>RJLB – Revista Jurídica Luso-Brasileira</i>. Vol.6, Lisboa-Portugal, pp. 1075-1109, 2017.</p> <p>SILVESTRE, Gilberto Fachetti. Aspectos materiais e processuais do dano moral e sua quantificação. In: <i>PRODIREITO: Direito Civil: Programa de Atualização em Direito: Ciclo 2</i>. Porto Alegre: Artmed Panamericana, 2018, v.4, pp. 9-58.</p> <p>REINIG, Guilherme Henrique Lima. Dano reflexo ou por ricochete e lesão à saúde psíquica: os casos de “choque nervoso” (<i>Schockschaden</i>) no direito civil alemão. In: <i>Civilistica.com</i>, a. 6, n. 2, 2017. Disponível em: https://www.academia.edu/35579872/Dano_reflexo_ou_por_ricochete_e_les%C3%A3o_%C3%A0_sa%C3%BAde_ps%C3%ADquica_os_casos_de_choque_nervoso_Schockschaden_no_direito_civil_alem%C3%A3o</p> <ul style="list-style-type: none"> • Bibliografia complementar: <p>TEPEDINO, Gustavo. A tutela da personalidade no ordenamento civil-constitucional brasileiro. In:</p>

		<p>TEPEDINO, Gustavo (Coord.). <i>Temas de direito civil</i>. 4ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008, pp. 25-62;</p> <p>MARTINS-COSTA, Judith. Os danos à pessoa no direito brasileiro e a natureza da sua reparação. In: MARTINS-COSTA, Judith (Org.). <i>A reconstrução do direito privado</i>. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002, pp. 408-446.</p> <p>TUCCARI, Emanuele. La prova del pregiudizio non patrimoniale attraverso le presunzioni. In: <i>Rivista Mensile de le Nuove Leggi Civili Commentate</i>, n. 10 Ottobre 2011, Anno XXVII. Disponível em: https://www.academia.edu/10017439/La_prova_del_pregiudizio_non_patrimoniale_attraverso_le_presunzioni</p> <p>RESTA, Giorgio. Identità personale e identità digitale. <i>Diritto dell'informazione e dell'informatica</i>, 2007, 511. Disponível em: https://www.academia.edu/317622/Identit%C3%A0_personale_e_identit%C3%A0_digitale</p>
A definir Horário: das 16h às 19h.	II	<ul style="list-style-type: none"> • Tema: A pessoa jurídica de Direito Privado. • Ementa: A pessoa jurídica de Direito Privado. Associações. Fundações. Sociedades. • Objetivos: Compreender a disciplina legal da pessoa jurídica no Código Civil de 2002. <p>Bibliografia obrigatória:</p> <p>AMARAL, Francisco. <i>Direito civil – introdução</i>. Capítulo IX.</p>
A definir Horário: das 16h às 19h.	II	<ul style="list-style-type: none"> • Tema: Os bens. • Ementa: Teoria geral dos bens. O patrimônio mínimo. Classificação dos bens. • Objetivos: Compreender a disciplina legal dos bens no Código Civil de 2002. • Bibliografia obrigatória: <p>AMARAL, Francisco. <i>Direito civil – introdução</i>. 7ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008, Cap. X.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Bibliografia complementar: <p>EBERLE, Simone. Novos bens para novos tempos: por uma teoria coerente e unificada dos bens. In: <i>Revista Trimestral de Direito Civil</i>, vol. 23. Rio de Janeiro: Padma, jul./set. 2005, pp. 105-118;</p> <p>CORTIANO JR., Erouths. Para além das coisas (Breve ensaio sobre o direito, a pessoa e o patrimônio mínimo). In: TEPEDINO, Gustavo <i>et al.</i> (Org.). <i>Diálogos sobre direito civil</i>. Rio de Janeiro: Renovar, 2002, pp. 155-165;</p> <p>MARCHI, Eduardo Cesar Silveira. Das pertencas no âmbito do regime dos bens principais e acessórios no CC/2002. In: <i>Revista Trimestral de Direito Civil</i>, vol. 52. Rio de Janeiro: Padma, out./dez. 2012, pp. 45-59.</p>
29/05/2020	I e II	1ª Prova. Valor: 10,00 pontos. Horário: 8h às 10h.
05/06/2020	III	<ul style="list-style-type: none"> • Tema: Teoria geral do fato jurídico. O negócio jurídico. Plano da existência e da validade do negócio jurídico. • Ementa: Fato jurídico. Negócio jurídico. Autonomia da vontade. Planos do negócio jurídico. Análise dos requisitos de existência do negócio jurídico. • Objetivos: Compreender a disciplina legal do negócio jurídico no Código Civil de 2002. • Bibliografia obrigatória: <p>AMARAL, Francisco. <i>Direito civil – introdução</i>. Capítulos XI e XII.</p> <p>SILVESTRE, Gilberto Fachetti; NEVES, Guilherme Valli de Moraes. Negócio jurídico: um conceito histórico revitalizado pelo novo Código de Processo Civil. In: <i>Revista de Direito Privado</i> (São Paulo). Vol.75, pp. 81-113, 2017.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Bibliografia complementar: <p>FORNASARI, Riccardo. L'intervento giudiziale sul contratto: pronunce arbitrali e politica del diritto. In:</p>

		<p><i>Contratto e Impresa</i>. Milano, nº 3, 2016, pp. 836-869. Disponível em: https://www.academia.edu/27952074/Lintervento_giudiziale_sul_contratto_pronunce_arbitrali_e_politica_del_diritto;</p> <p>MORAES, Maria Celina Bodin. A causa dos contratos. In: <i>Revista Trimestral de Direito Civil</i>, vol. 21. Rio de Janeiro: Padma, jan./mar. 2005, pp. 95-119;</p> <p>SILVA, Denis Franco. O princípio da autonomia: da invenção à reconstrução. In: MORAES, Maria Celina Bodin de (Coord.). <i>Princípios do direito civil contemporâneo</i>. Rio de Janeiro: Renovar, 2006, pp. 135-162;</p> <p>ROSENVALD, Nelson. O princípio da boa-fé. In: <i>Dignidade humana e boa-fé no Código Civil</i>. São Paulo: Saraiva, 2007, Cap. 2, pp. 63-116;</p> <p>FARIAS, Cristiano Chaves de, e ROSENVALD, Nelson. Lineamentos acerca da interpretação do negócio jurídico: perspectivas para a utilização da boa-fé objetiva como método hermenêutico. In: <i>Revista de Direito Privado</i>, nº. 31. São Paulo: Revista dos Tribunais, jul./set. 2007, pp. 07-30;</p> <p>TALCIANI, Hernán Corral. El negocio jurídico: ¿Un concepto en crisis? A propósito de una obra de Giovanni B. Ferri. In: <i>Revista de Derecho Privado</i>. Madrid: Editoriales de Derecho Reunidas, enero 1991, pp. 26-32;</p> <p>ROSENVALD, Nelson. Função interpretativa da boa-fé. In: <i>Dignidade humana e boa-fé no Código Civil</i>. São Paulo: Saraiva, 2007, Cap. 2, tópico 6, pp. 88-92;</p> <p>PISTELLI, Federico. <i>I livelli progressivi della forma negli atti di parte</i>. In: Seminari Giuridici Fiorentini. Il Valore Della Forma Nell'esperienza Giuridica Contemporanea, 2017. Disponível em: https://www.academia.edu/34728207/I_livelli_progressivi_della_forma</p> <p>PESCE, Edoardo. Gli itinerari della buona fede secondo Stefano Rodotà. In: <i>Politica del Diritto</i>, 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/39837824/Gli_itinerari_della_buona_fede_secondo_Stefano_Rodot%C3%A0;</p> <p>PELLINI, Matteo. <i>Il principio consensualistico: la regola e le eccezioni</i>. Tesi di laurea in Diritto Civile I. Università degli Studi di Genova, 2012-2013. Disponível em: https://www.academia.edu/36782308/Il_principio_consensualistico_La_regola_e_le_eccezioni;</p> <p>PELLINI, Matteo. La determinazione giudiziale dell'oggetto del contratto. In: <i>La Nuova Giurisprudenza Civile Commentata</i>, 5/2019. Disponível em: https://www.academia.edu/41166406/La_determinazione_giudiziale_dellooggetto_del_contratto</p>
12/06/2020	–	Recesso escolar.
A definir Horário: das 16h às 19h	III	<ul style="list-style-type: none"> • Tema: Continuação: Teoria geral do fato jurídico. O negócio jurídico. Plano da existência e da validade do negócio jurídico.
19/06/2020	III	<ul style="list-style-type: none"> • Tema: Vícios do negócio jurídico I. • Ementa: Erro. Dolo. Coação. Estado de perigo. Lesão. • Objetivos: Compreender a disciplina legal das nulidades no Código Civil de 2002. • Bibliografia obrigatória: <p>AMARAL, Francisco. <i>Direito civil – introdução</i>. Capítulo XV.</p> <p>KONDER, Carlos Nelson. Erro, dolo e coação: autonomia e confiança na celebração dos negócios jurídicos. Disponível em: https://www.academia.edu/26652734/Erro_dolo_e_coa%C3%A7%C3%A3o_autonomia_e_confian%C3%A7a_na_celebra%C3%A7%C3%A3o_dos_neg%C3%B3cios_jur%C3%ADdicos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Bibliografia complementar: <p>LIMA NETO, Francisco Vieira e FACHETTI, Gilberto. Sobre a conversão substancial do negócio jurídico</p>

		<p>(art. 170 do CC). In: NERY JR., Nelson <i>et al.</i> (Coords.). <i>Direito civil e processo – estudos em homenagem ao professor Arruda Alvim</i>. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, pp. 155-173;</p> <p>FACHETTI, Gilberto; e OLIVEIRA, Guilherme Fernandes de. Reflexões em torno do princípio da conservação do negócio jurídico. In: <i>XVIII Encontro Nacional do CONPEDI Maringá – PR. Anais do XVIII Encontro Nacional do CONPEDI</i>. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009, v. 1, p. 7122-7146;</p> <p>TÔRRES, Heleno Taveira. Teoria da simulação de atos e negócios jurídicos. In: AZEVEDO, Antonio Junqueira de; TÔRRES, Heleno Taveira; e CARBONE, Paolo (Coords.). In: <i>Princípios do novo código civil brasileiro e outros temas: homenagem a Túlio Ascarelli</i>. São Paulo: Quartier Latin, 2008, pp. 283-347;</p> <p>MATTIETTO, Leonardo de Andrade. A simulação no novo Código Civil. In: <i>Revista Trimestral de Direito Civil</i>, vol. 13. Rio de Janeiro: Padma, jan./mar. 2003, pp. 111-126.</p>
26/06/2020	III	<ul style="list-style-type: none"> • Tema: Vícios do negócio jurídico II. • Ementa: Fraude contra credores. Simulação. • Objetivos: Compreender a disciplina legal das nulidades no Código Civil de 2002. • Bibliografia obrigatória: <p>AMARAL, Francisco. <i>Direito civil – introdução</i>. Capítulo XV.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tema: Teoria das nulidades. • Ementa: Nulidade. Anulabilidade. • Objetivos: Compreender a disciplina legal das nulidades no Código Civil de 2002. • Bibliografia obrigatória: <p>AMARAL, Francisco. <i>Direito civil – introdução</i>. Capítulos XVI e XIV.</p> <p>SILVESTRE, Gilberto Fachetti; LIMA NETO, Francisco Vieira. A favor das relações econômico-negociais: o princípio do <i>favor negotii</i> no Código Civil. In: <i>Scientia Iuris</i>. Vol. 20, pp.10-41, 2016.</p> <p>PESCE, Edoardo. Il contratto (“quadro”) “monofirma”: problemi di validità tra forma e documentazione. In: C. Granelli (a cura di). <i>I nuovi orientamenti della Cassazione Civile</i>. Milano, 2019, p.430 e ss. Disponível em: https://www.academia.edu/41510189/Il_contratto_quadro_monofirma_problemi_di_validit%C3%A0_0_tra_forma_e_documentazione</p>
A definir Horário: das 16h às 19h	III	<p>Tema: Elementos acidentais do negócio jurídico.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ementa: Condição. Termo. Encargo ou modo. • Objetivos: Compreender a disciplina legal dos elementos acidentais no Código Civil de 2002. • Bibliografia obrigatória: <p>AMARAL, Francisco. <i>Direito civil – introdução</i>. Capítulos XVI e XIV.</p>
03/07/2020	III	<ul style="list-style-type: none"> • Tema: Prescrição e decadência. • Ementa: Prescrição. Decadência. Prazos prescricionais e decadenciais no Código Civil de 2002. • Objetivos: Compreender a disciplina legal dos prazos prescricionais e decadenciais no Código Civil de 2002. • Bibliografia obrigatória: <p>AMARAL, Francisco. <i>Direito civil – introdução</i>. 7ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008, Cap. XVIII.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Bibliografia complementar: <p>BARBOSA MOREIRA, José Carlos. Notas sobre pretensão e prescrição no sistema do novo Código Civil brasileiro. In: <i>Revista Trimestral de Direito Civil</i>, vol. 11. Rio de Janeiro: Padma, jul./set. 2002, pp. 67-78.</p>

A definir Horário: das 16h às 19h	–	Reserva de data (para o caso de ser preciso repor aula).
10/07/2020	III	2ª Prova. Valor: 10,00 pontos. Horário: 8h às 10h.
12/07/2020	–	Divulgação por e-mail dos nomes dos alunos aprovados. A entrega das provas ocorrerá às 9h de 13/07/2020, na sala de aula.
17/07/2020	I a III	Prova Final. Valor: 10,00 pontos. Horário: 8h às 10h.
20/07/2020	–	Resultado final.